

A doença do Estado

HÉLIO AGUINAGA

Arigidez da população do Estado do Rio de Janeiro deteriorou-se de tal forma que analisá-la sob a rubrica de saúde poderá parecer ironia. Com efeito, o retorno de doenças que se encontravam erradicadas, a elevação da incidência de outras de mais fácil controle, a falta de infra-estrutura de apoio, as greves hospitalares, o martírio da população que madruga em filas intermináveis para muitas vezes não ser atendida, e tantos outros motivos que seria enfadonho enumerar porque são conhecidos de todos, fizeram com que o serviço de assistência médica no Estado atinja níveis que envergonham àqueles que consideram o atendimento à saúde questão de dignidade humana, principalmente para as classes desfavorecidas.

Este estado de coisas não é novo mas vem se agravando sistematicamente nos últimos anos. O Rio de Janeiro, que já liderou a medicina nacional, hoje é caudatório de São Paulo onde àqueles que podem vão tratar de seus males internando-se no Incor ou em outros hospitais de igual importância.

A que se deve essa derroca?

Certamente não à competência dos médicos que continua de alto padrão científico, mas, com certeza, à desorganização dos serviços de saúde usados nessa última década como elementos

de propaganda e proselitismo político.

A questão salarial, carro-chefe de todos os movimentos de agitação da classe médica é propostadamente mantida em banho-maria, nunca atingindo o patamar justo das reivindicações, para manter aceso o fogo do descontentamento, capaz de se transformar em chama ao primeiro sopro dos profissionais da desordem.

Não há interesse em organizar os serviços de saúde para torná-los gratificantes aos profissionais que exercem suas atividades e servirem a população mais necessitada, único meio ao seu alcance para minorar seus sofrimentos.

O objetivo é manter o quanto pior melhor, para que a insatisfação do povo possa facilmente ser manipulada pelos políticos demagogos e ao mesmo tempo se apresentarem como salvadores, forma através da qual é possível conseguir internação hospitalar ou o tratamento adequado para resolver uma doença.

Manter o pessoal de saúde insatisfeito, quer por seus salários ou profissionalmente, é forma de fazê-lo cúmplice inocente de uma política radical que não hesita em lançar mão de qualquer recurso, por mais abjeto que seja, para alcançar os seus objetivos.

O Rio de Janeiro possui o maior complexo hospitalar do País, mas a qualidade do atendimento ocupa posição inversa.

A falta de local adequado, pelo menos com condições mínimas de higiene, de material médico necessário, de infra-estrutura organizacional, leva a forma obsoleta e inoperante da prestação de serviços.

Os profissionais da área parece que ainda não se apercebem que todos os descalabros do atendimento à saúde caem sobre os seus ombros, interlocutores diretos com os pacientes, que os apontam como responsáveis pelo mal serviço.

Pesquisa recente realizada pelo Instituto Gallup mostrou que a credibilidade médica baixou nos últimos cinco anos de 56,6 para 29,6, e a confiabilidade seguiu o mesmo caminho descendo de 76,9 para 64,2.

Quem paga, em última análise, por toda essa desorganização intencional, é o povo que sofre e gime sentindo na pele o seu resultado.

A política de saúde que foi semeada nesses últimos anos resultou no fracasso que se está colhendo agora. A irresponsabilidade e o caos em que se transformou devem ser atribuídos à competência maligna de políticos ambiciosos, que não hesitaram em usá-la para firmar seus objetivos pessoais.

Hélio Aguinaga é médico.